

## **11. PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES REPARATÓRIAS DECORRENTES DE ACIDENTE DE TRABALHO**

Pollyanna Vasconcelos Correia Lima de Andrade<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo a análise do prazo prescricional nas ações de indenização por acidente de trabalho. Tal idéia surgiu em razão da dificuldade enfrentada pelos operadores do direito quanto à contagem do prazo devido à multiplicidade de correntes de entendimento sobre o tema. Trata-se de matéria controversa, que ganhou espaço após a ampliação da competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar as ações desta natureza, que antes eram processadas na Justiça Comum. Dessa forma, vários são os questionamentos por parte de seus aplicadores, tendo em vista a imperiosidade da prescrição, por ser instituto de ordem pública, que de um lado requer observância, mas por outro não há unanimidade quanto à corrente a ser aplicada.

Palavras-chaves: Indenização. Acidente de trabalho. Prescrição. Correntes.

### **INTRODUÇÃO**

Infringido o direito, surge para o seu titular deste a pretensão, a qual se extingue pela prescrição. Segundo Clóvis Beviláqua (apud VENOSA, 2005, p. 597), “a prescrição é a perda da ação atribuída a um direito, e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência ao não uso delas, durante um determinado espaço de tempo”. Assim, a prescrição torna inexigível a pretensão do direito material em razão da inércia de seu titular.

Embora seja a prescrição instituto de direito material, sua manifestação normalmente ocorre no plano processual, ou seja, é pronunciada no curso da ação, ajuizada com pedido de satisfação do direito material violado. Além disso, importante ressaltar que o instituto da prescrição é de ordem pública, devendo ser decretada de ofício pelo juiz, por expressa determinação da Lei nº 11.280/2006, em razão dos princípios da celeridade e da economia processual.

Muito se tem discutido a respeito da prescrição da ação de reparação de dano moral

---

<sup>1</sup> Advogada, especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Escola Superior da Magistratura Trabalhista da 13ª Região

email: pollyvasconcelos@hotmail.com

Endereço: Rua José Augusto Trindade, nº 145, Tambaú, CEP 58039-020, João Pessoa/PB.

decorrente de acidente de trabalho, especialmente após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que expressamente atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para julgar as ações reparatórias de danos morais decorrentes da relação de trabalho.

São centenas de ações dessa natureza remetidas da Justiça Comum para a Justiça do Trabalho, a maioria proposta dentro do prazo prescricional previsto no Código Civil de 1916, ou no de 2002, que estavam, até o advento da referida Emenda, aptas ao julgamento no foro original perante o qual foram propostas.

Entretanto, a Justiça do Trabalho continua vacilante quanto ao prazo prescricional das ações acidentárias, sendo o tema objeto de grandes controvérsias na doutrina e na jurisprudência, não havendo, ainda, em nossos tribunais, orientação pacífica sobre qual prazo deve prevalecer.

Dessa forma, objetiva o presente estudo tecer algumas considerações sobre a matéria, para despertar a reflexão e o debate, em razão da atualidade do tema, principalmente pelo aumento de demandas na Justiça do Trabalho versado sobre reparação desta natureza.

## **1 PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS: correntes de entendimento sobre o tema**

Após a pacificação da competência da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar as ações envolvendo danos morais decorrentes de acidente de trabalho, nossos magistrados vêm enfrentando dificuldades em aplicar a prescrição do direito de ação acidentária.

Os obstáculos são ainda maiores quando os autos são originários da Justiça Comum Estadual, pois, na maioria das vezes, o processo encontra-se estagnado há anos, sem qualquer impulso oficial ou, até mesmo, sem contestação. Nessas hipóteses, entre a distribuição da ação e a remessa para a Justiça do Trabalho, chega-se a passar mais de dois, três ou cinco anos.

Existem, pelo menos, quatro correntes sobre o prazo prescricional para as ações reparatórias acidentárias em face do empregador.

A primeira corrente sustenta a imprescritibilidade dessas ações por entender que decorrem de danos aos direitos da personalidade e, por essa natureza, a pretensão de postular indenização correspondente não estaria sujeita à prescrição.

Já para a segunda corrente, os prazos a serem aplicados são os previstos no inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal, de cinco e de dois anos, por serem considerados créditos de natureza trabalhista.

A terceira corrente entende que a reparação é de natureza civil e sustenta a aplicabilidade do prazo previsto no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil, qual seja, de três anos.

Por fim, quarta corrente entende ser aplicável o prazo genérico de dez anos, previsto no

artigo 205 do Código Civil, para as pretensões sem prazo especificado em lei.

Diante do exposto, passemos à análise das mencionadas correntes.

### 1.1 Primeira corrente: da imprescritibilidade

Antes de adentrarmos no tema propriamente dito, é imperioso fazer um apanhado conceitual acerca do dano moral e dos direitos da personalidade.

Tradicionalmente, a doutrina classifica o dano em patrimonial e moral. O dano patrimonial traduz a lesão aos bens e direitos economicamente apreciáveis do seu titular; corresponde ao efetivo prejuízo experimentado pela vítima ou aquilo que ela deixou de lucrar em virtude do dano. Sobretudo, a par desses direitos, que se refletem em uma expressão pecuniária, o homem ainda é sujeito de relações jurídicas que lhe representam um alto valor, descabidas de expressão econômica e que se prendem especificamente ao indivíduo. É o valor moral, cujo dano atinge bens de cunho personalíssimo.

Segundo Carlos Alberto Bittar (apud PAMPLONA FILHO, 2004, pp. 49-50), qualificam-se

como morais os danos em razão da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se, portanto, como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntima da personalidade humana (o da intimidade e da consideração pessoal), ou da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social).

A indenização por dano moral é decorrente de um direito personalíssimo, pois é o constrangimento que alguém sofre em consequência de lesão a direito personalíssimo, ilicitamente causado por outrem.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que deve haver a reparação além do dano patrimonial da vítima, também nos casos de dano à imagem, à honra, ao nome etc., pois o bem tutelado é a dignidade da pessoa humana, disciplinado em seu artigo 1º, inciso III.

Nas palavras de Gustavo Tepedino (2001, apud FRANCO JÚNIOR),

a dignidade da pessoa humana, a cidadania e a igualdade substancial tornam-se fundamentos da República, ao mesmo tempo em que os valores inerentes à pessoa humana e um expressivo conjunto de direitos sociais são elevados ao vértice do ordenamento. A partir de então, todas as relações do Direito Civil, antes circunscritas à esfera privada, hão de ser revisitadas, funcionalizadas aos valores definidos pelo Texto Maior.

Observa-se, pois, que os avanços constitucionais permitiram o crescimento de mais uma vertente do Direito Civil, os chamados “Direitos da Personalidade”.

A personalidade surge com o nascimento com vida, antes do qual não há que se falar em sujeito de direito, não obstante a legislação assegurar proteção especial, resguardando os interesses do nascituro desde a sua concepção. No mesmo sentido, somente com a morte, real ou presumida, cessa a personalidade da pessoa natural.

Os direitos da personalidade são reconhecidos à pessoa humana perante si e em suas projeções na sociedade. São valores inatos ao homem, essenciais ao desenvolvimento da pessoa humana.

A doutrina tradicional os admite limitando-os aos tipos legais previstos. Já a doutrina moderna posiciona-se no sentido de que os direitos da personalidade transcendem o direito positivo, uma vez que são direitos inerentes à condição humana e como tal não podem ser taxados de forma limitativa, pois a sociedade evolui fazendo surgir novas formas de agressão à personalidade humana, devendo igualmente ser repudiadas.

Importante ressaltar que ocorrendo lesão ou ameaça contra qualquer direito da personalidade, o titular pode exigir que cesse a ameaça ou a lesão, bem como pode reclamar indenização pelos danos sofridos.

Para os precursores desta vertente, essa categoria de direitos fundamentais constitucionais é garantida ao ser humano enquanto pessoa e não porque ostenta a condição de cidadão, trabalhador ou empregado. Para eles, não se trata de direito de natureza trabalhista, tampouco civil, mas de direito de índole fundamental que diz respeito à dignidade humana e não se perde a dignidade em razão do decurso de tempo.

Defensor da corrente, Francisco das Chagas Lima Filho (2006, p. 3288), explica:

Assim, os danos decorrentes da violação a direito fundamental como o direito à saúde, a vida, a integridade física ou mental do ser humano trabalhador ou não são de natureza pessoal e não trabalhista. Por conseguinte, não se lhe aplica o prazo previsto no inciso XXIX, do 7º da Constituição e nem aquele constante do artigo 206, parágrafo 3º, inciso V do Código Civil para o ajuizamento das ações de reparações civil inerentes aos danos causados ao patrimônio material.

Não obstante presente o entendimento mais favorável à proteção dos direitos fundamentais à vida, à saúde e à integridade física, entendemos que a imprescritibilidade dos direitos da personalidade refere-se ao exercício desses direitos que, de fato, jamais prescrevem. O que prescreve é a pretensão à reparação por danos causados à vítima, para a qual há prazo fixado em lei. Não são discutidos os direitos da personalidade, mas somente sua violação, razão pela qual essa tese parece-nos indefensável.

## 1.2 Segunda corrente: da incidência do artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal

Esta corrente embasa-se no argumento de que as reparações advindas de acidente de trabalho são créditos de natureza trabalhista, uma vez que o dano ocorreu na constância do pacto laborativo. Tal pensamento baseia-se nos prazos genéricos fixados pela norma constitucional, sustentando que o prazo de prescrição para o ajuizamento de ação tendo por objeto quaisquer verbas oriundas do contrato de trabalho, ainda que versem sobre danos extrapatrimoniais, é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, tanto para o trabalhador urbano como para o rural.

O principal fundamento deste entendimento reside na constatação de que a CLT está autorizada a utilizar-se a integrar a norma jurídica através do empréstimo de dispositivos de outros diplomas legais apenas em caso de omissão e desde que não haja incompatibilidade com os princípios fundamentais adotados pelo ordenamento jurídico trabalhista, conforme preconiza o artigo 8º, parágrafo único da CLT.

Ademais, sustenta-se que em razão da nova competência da Justiça do Trabalho para apreciar tais pretensões, o prazo só pode ser o trabalhista.

Para Sebastião Geraldo de Oliveira (2005, p. 276),

Entendemos, porém, que a indenização por acidente do trabalho é também um direito de natureza trabalhista, diante da previsão contida no art. 7º, XXVIII, da Constituição da República de 1988, devendo-se aplicar, portanto, a prescrição de cinco ou dois anos prevista no inciso XXIX do mesmo art. 7º. Esse argumento, sem dúvida, é de fácil acolhida porque a indenização, na hipótese, não deixa de ser “um crédito resultante da relação de trabalho”, mesmo que atípico, e o litígio tem como partes o empregado e o empregador.

Com a devida vênia, não vislumbramos esses argumentos, uma vez a aplicabilidade dessa norma resta mais que prejudicial ao trabalhador, que gozava de prazo bem mais amplo na Justiça Comum, eis que se aplicava o prazo previsto no Código Civil.

A circunstância de que o acidente tenha ocorrido no seio da relação de trabalho e de que tenha sido atribuída à Justiça do Trabalho a competência para julgamento dessa espécie de ação não induz a conclusão de que a indenização constitua crédito trabalhista. A prescrição é o exercício de uma pretensão que se fixa pela natureza jurídica do direito material, e não em razão da competência do órgão julgador.

Por outro lado, existem outros direitos na seara trabalhista os quais não compõem o rol do artigo 7º que não se sujeitam à prescrição prevista no inciso XXIX do mesmo artigo, a exemplo do FGTS, do crédito previdenciário, da anotação da CTPS para fins previdenciários, entre outros.

Desse modo, a prescrição no Direito do Trabalho deve ser vista levando-se em consideração os princípios e as peculiaridades que compõem esse ramo do Direito e, em especial, a hipossuficiência e a subordinação do trabalhador diante do empregador. Na esfera trabalhista, a interpretação deve ser feita em favor daquele a quem a norma pretende proteger, razão pela qual não acreditamos ser essa tese a que melhor atenda ao hipossuficiente.

### 1.3 Terceira corrente: da aplicação do artigo 206, § 3º, inciso V do Código Civil

Defende, esta corrente, a aplicação do artigo 206, § 3º, inciso V do Código Civil de 2002 por se tratar de direito de natureza civil, ainda que o julgamento seja proferido pela Justiça do Trabalho, uma vez que tal competência se estabelece em razão da relação jurídica vinculada à relação de trabalho, pouco importando que a demanda verse sobre direito material de natureza comum.

Aos que defendem esta corrente, os danos advindos de acidente de trabalho não se inserem no conceito de crédito trabalhista. Ao revés, trata-se de ação de reparação de dano decorrente de ato ilícito, ou seja, baseado na responsabilidade civil.

Assim, o prazo prescricional a ser aplicado às ações de reparação decorrentes de acidente de trabalho, para esta corrente, é de três anos, devendo ser observada, quando for o caso, a regra de transição prevista no artigo 2.028 do mesmo diploma, a qual estabelece que “serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada” (IN: VADE MECUM, 2007). Ou seja, se o dano ocorreu antes de 11.01.1993, a prescrição é de vinte anos; se o dano ocorreu entre 12.01.1993 e 11.01.2003, a prescrição é de três anos e, se o dano ocorreu após 12.01.2003, a prescrição é de três anos.

Sem embargos, acatamos as argumentações desta vertente por entender que sua fundamentação jurídica é correlata e coerente. A responsabilidade civil pode ser vista como um dever jurídico imposto por lei em que o ofensor deve assumir as vicissitudes do ato ilícito por ele causado, ressalvadas as hipóteses de responsabilidade objetiva, quando não há necessidade do fato ter decorrido por ato do responsável.

Assim, aplica-se a responsabilidade civil aos danos causados aos empregados por atos omissivos ou comissivos do empregador que violar direitos subjetivos daqueles. Nesse caso, a violação do direito do empregado é que vai fazer surgir a pretensão e com ela o prazo prescricional.

Para André Araújo Molina (2007, p. 3971)

Não há sequer uma única decisão na Justiça do Trabalho que fundamente julgamento de

responsabilidade civil, seja de empregado ou de outros trabalhadores, que não estejam diretamente vinculadas aos artigos do Código Civil (mormente os artigos 186, 187 e 927, parágrafo único), razão pela qual é estupenda a clareza de que a causa de pedir próxima dessas ações são normas do Código Civil, de modo a vincular, por absoluto exercício de lógica jurídica, a aplicação das regras de prescrição dispostas neste mesmo diploma material civil, seja o de 1916 ou de 2002, conforme data em que ocorreu o dano.

Nesse mesmo sentido, também já decidiu a Primeira Turma do TST (apud MOLINA, 2007, p. 3975)

PRESCRIÇÃO – DANO MORAL E MATERIAL TRABALHISTA – 1. O prazo de prescrição do direito de ação de reparação por dano moral e material trabalhista é o previsto no Código Civil. 2. À Justiça do Trabalho não se antepõe qualquer obstáculo para que aplique prazos prescricionais diversos dos previstos nas Leis trabalhistas, podendo valer-se das normas do Código Civil e da legislação esparsa. 3. De outro lado, embora o dano moral trabalhista encontre matrizes específicos no Direito do trabalho, a indenização propriamente dita resulta de normas de Direito Civil, ostentando, portanto, natureza de crédito não-trabalhista. 4. Por fim, a prescrição é um instituto de direito material e, portanto, não há como olvidar a inarredável vinculação entre a sede normativa da pretensão de direito material e as normas que regem o respectivo prazo prescricional. 5. Recurso de revista de que se conhece e a que se dá provimento. (TST – RR 1162/2002-014-03-00.1 – 1ª T. – Red. p/o Ac. Min. João Oreste Dalazen – DJU 11.11.2005).

Assim, ainda que justificada a competência da Justiça Especializada, entendemos que a ação de reparação decorrente de acidente de trabalho não constitui crédito trabalhista, mas crédito de natureza civil resultante de ato praticado no curso da relação de trabalho, sendo aplicável, portanto, o prazo prescricional de três anos para as pretensões dessa natureza.

#### 1.4 Quarta corrente: da aplicabilidade do artigo 205 do Código Civil

Aos que adotam essa corrente, o fazem por entender que não trata a reparação por dano decorrente de acidente de trabalho de crédito trabalhista, nem de reparação civil, uma vez que a reparação buscada decorre da violação a um direito fundamental inerente à pessoa humana e aos direitos da personalidade, a quem a Constituição Federal assegura o direito à indenização pelo dano material ou moral.

Dessa forma, a previsão do direito à indenização por acidente de trabalho seria constitucional e não civil ou trabalhista. Seriam, na verdade, danos pessoais e, por tal razão, não se aplicaria o prazo previsto no artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, tampouco o prazo disposto no artigo 206, § 3º, do Código Civil, eis que a reparação civil prevista neste dispositivo envolveria apenas dano de natureza patrimonial.

Portanto, ante a inexistência de previsão legal, o prazo prescricional para as pretensões decorrentes de acidente de trabalho, para os defensores desta tese, é o prazo genérico de dez anos

previsto no artigo 205 do Código Civil.

Eis a explicação de Raimundo Simão de Melo (2007, pp. 3664-3665)

A previsão desse direito, portanto, é constitucional, não se lhe podendo mais dar natureza de direito civil. Não se trata de mero direito trabalhista ou civil, repita-se, mas de direito de índole constitucional humana-fundamental, independente do ramo do Direito em que praticada a ofensa. (...) Portanto, como as reparações por acidente de trabalho (dano pessoal) não são de natureza trabalhista e nem civil e, inexistindo dispositivo legal regulando expressamente o prazo de prescrição para as pretensões decorrentes das mesmas, deve ser aplicado subsidiariamente o prazo geral de dez anos (CC, art. 205). A norma civil deve ser utilizada, repita-se, não porque se trate de uma pretensão de reparação civil no sentido estrito, mas porque é a lei civil, que socorre nos casos de omissão regulatória sobre a prescrição no Direito brasileiro, ou seja, quando não há prazo expresso de prescrição sobre determinada pretensão, aplica-se o geral, de dez anos.

Com todo o respeito ao ilustre autor, não acolhemos o seu entendimento pelo simples fato de que encontramos no artigo 206, § 3º, a previsão para as pretensões dessa natureza, conforme exposto no item anterior. Entendemos que a reparação civil mencionada no referido dispositivo não diz respeito aos danos patrimoniais em sentido estrito, mas sim aos danos patrimoniais e extrapatrimoniais, onde se insere o dano moral, e ambos sujeitam-se à reparação quando violados.

Por esse motivo, não vislumbramos a hipótese da aplicação desta corrente nas ações acidentárias.

## **2 INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL**

A violação do direito da vítima de acidente de trabalho se concretiza com a ocorrência do evento acidentário ou exposição a agentes nocivos à saúde. Por outro lado, o prazo prescricional para as pretensões daqueles que forem violados em seus direitos subjetivos deve ser contado da ciência inequívoca pela vítima da incapacidade laboral ou redução da mesma.

Assim, não se leva em conta a data da extinção do contrato de trabalho, nem a data do evento acidentário ou do aparecimento da doença, mas sim a data do diagnóstico médico-pericial, quando o trabalhador toma conhecimento, de forma inequívoca da lesividade e sua extensão.

Nesse sentido já decidiu o STF e o STJ, nas respectivas Súmulas:

Súmula 230 do STF: “A prescrição da ação de acidente de trabalho conta-se do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade”

Súmula 278 do STJ: “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.



## CONCLUSÃO

Por todo o exposto, concluímos que várias são as correntes de entendimento sobre o prazo prescricional a ser aplicado nas ações reparatórias de acidente de trabalho. Entendemos, como já explicitado acima, que o prazo a ser aplicado é o do artigo 206, § 3º do Código Civil, qual seja, de três anos. Entretanto, qualquer que seja o prazo prescricional a ser aplicado, tem o Magistrado trabalhista o dever constitucional de observar a lei que melhor se ajuste à matéria, agindo com rigor e justiça em tais causas, pois somente assim poderá incluir no mercado de trabalho uma situação de guarda e segurança do trabalhador, a fim de que seja assegurada a sua dignidade, não só na qualidade de trabalhador, mas de pessoa humana, pois essa é a finalidade maior do nosso ordenamento jurídico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Vade Mecum**: Constituição Federal, Códigos, CLT, Estatutos, Legislação complementar, Súmulas, Índices. São Paulo: Saraiva, 2007.

FRANDO JÚNIOR, Raul de Mello. **Fundamento constitucional do direito civil**. Disponível em: <http://www.raul.pro.br/artigos/art-geral.htm>. Acesso em: 13 mai. 2008.

FONSECA, J. G. da. Prescrição das ações reparatórias de dano moral por acidente do trabalho. **O Trabalho**. n. 126, 2007.

LIMA FILHO, F. das C. Dignidade humana – prescrição da ação de danos morais em acidente de trabalho. **O Trabalho**. n. 111, 2006.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Danos morais e direitos da personalidade**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/testo.adp?id=4445>. Acesso em: 13 mai. 2008.

MELO, R. S. de. Prescrição nas ações acidentárias. **O Trabalho**. n. 119, 2007.

MOLINA, A. A. A prescrição das ações de responsabilidade civil na Justiça do Trabalho. **O Trabalho**. n. 125, 2007.

MUNIZ, A. de P.. A prescrição no acidente do trabalho. **O Trabalho**. n. 132, 2008.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. São Paulo: LTR, 2005.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PAROSKI, M. V. A prescrição da ação de reparação por dano moral no contrato de trabalho. **O Trabalho**. n. 86, 2004.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil – Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2005.